



+E

**Novos modos de vida,
novas formas de**

violê



TEXTO
ÁNGEL LUIS DE LA CALLE
CORRESPONDENTE EM MADRID

Em Espanha, tal como noutros países vizinhos, existe uma grande preocupação em regular os comportamentos anómalos relacionados com a utilização das novas tecnologias. A violência sexual, a saúde mental, o bullying, o desrespeito pelas regras... estão por detrás das manifestações da nova delinquência

ência



influência das novas tecnologias e a sua utilização maciça, especialmente pelas camadas mais jovens das sociedades desenvolvidas, estão a alterar substancialmente os códigos de conduta tradicionais e a gerar novos padrões de comportamento. As autoridades mais sensíveis a este tipo de problemas, nomeadamente as dos países europeus, estão a tentar adaptar o mais urgentemente possível a sua legislação tradicional aos novos tempos. A interação entre estes novos fenómenos é, aliás, muito perceptível, e isolar cada uma destas manifestações para as controlar de forma mais eficaz é cada vez mais difícil. A utilização massiva de telemóveis, a inteligência artificial, o *bullying*, a pornografia como elemento substancial da educação sexual, a presença de influenciadores e das redes sociais são componentes básicos desta revolução a que estamos a assistir.

Em Espanha, onde existe uma séria preocupação com as consequências sociais destas novas circunstâncias, os governos, com maior ou menor intensidade em função dos seus interesses políticos, estão numa verdadeira febre legislativa para tentar criar normas que regulem estas inovações e códigos penalizadores para aqueles que ultrapassam os limites regulamentares. Observou-se um aumento significativo de atitudes criminosas em idades muito precoces; a violência sexual, ligada ao acesso a conteúdos pornográficos quase sem restrições, cresceu muito nos últimos anos; o uso indevido ou abusivo de ferramentas tecnológicas conduz a problemas ligados à saúde mental na adolescência e na juventude, com a consequência lógica de um aumento do consumo de drogas que causam dependência...

Em Espanha, 59,3% dos jovens afirmam ter tido algum problema relacionado com a saúde mental no último ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Estes dados podem ser extrapolados, de acordo com estudos fláveis, para a maioria dos países do mundo desenvolvido. A chamada Geração Z (nascidos entre os finais dos anos 90 do século passado e meados dos anos 2000), que



constitui cerca de 24% da população mundial, apesar de extraordinariamente estimulada em todos os domínios, oferece um panorama de tristeza, desilusão e conflito. “Há uma epidemia de insatisfação geral”, afirma José Antonio Luengo, vice-presidente do Colégio Geral de Psicólogos de Espanha.

Este especialista assegura que as visitas dos jovens às urgências com problemas deste tipo aumentaram 100% em dois anos e 30% no número de internamentos hospitalares. Um inquérito da SigmaDos, cujos resultados foram publicados no jornal “El Mundo” de 4 de janeiro, indica que três em cada quatro pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos afirmam ter sofrido algum tipo de perturbação mental. Há alguns meses, a central sindical Comisiones Obreras (CCOO, de inspiração comunista) deu o alarme ao publicar um relatório sobre os protocolos abertos durante o último ano letivo nas escolas secundárias de Madrid por causas relacionadas com tentativas de suicídio ou comportamentos suscetíveis de o provocar: 2100. Especialistas como os que trabalham para a UNICEF — a agência das Nações Unidas para a infância — concordam que a pandemia do coronavírus, com as consequências provocadas pelo isolamento forçado,

teve uma grande influência no aparecimento de doenças mentais como a ansiedade e a depressão.

“Os jovens lidam pior do que os adultos com as emoções”, afirma Antonio Cano Vidal, professor de psicologia na Universidade Complutense de Madrid. “O stresse”, acrescenta o professor, “está a aumentar entre os jovens devido a diferentes fatores, como a fadiga da interação, o cansaço e as dificuldades económicas, que podem levar à ansiedade e à insónia”.

PLANO INTEGRAL

Em abril de 2022, a ministra da Educação, Pilar Alegria, anunciou um plano integral para a saúde mental no sistema educativo espanhol, que está a ser posto em prática com muitas dificuldades. No âmbito da Lei de Proteção da Criança já em vigor, foi introduzida a figura do coordenador do bem-estar nos centros educativos, associada à do conselheiro de orientação, cujas responsabilidades incluem a deteção de casos de *bullying* ou de fenómenos de delinquência. A União Europeia, que inspira estas inovações, estabelece que deve haver um conselheiro para cada 250 alunos; em Espanha, este rácio é agora de 1 para cada 860 alunos.

Pedro Sánchez admitiu ter ficado surpreendido com “uma verdadeira epidemia de menores que têm acesso a conteúdos pornográficos”

que não prescrevessem benzodiazepinas para resolver problemas de ansiedade e insônia a doentes entre os 10 e os 18 anos. Outras drogas nocivas como o álcool registam uma diminuição significativa do seu consumo entre os jovens espanhóis: baixou dez pontos nos últimos três anos. No entanto, 75% dos adolescentes admitem ter bebido álcool em algum momento das suas vidas.

O aumento do número de comportamentos suicidas é uma sequele inevitável neste cenário de agravamento dos problemas de saúde mental. Dos quase 60% dos espanhóis que admitiram ter sofrido algum tipo de problema psicológico em 2022, 14,4% reconheceram ter tido pensamentos suicidas. No mesmo ano, foram registados 4227 suicídios em Espanha — 3126 homens e 1101 mulheres —, mais 5,6% do que no ano anterior. Quarenta e quatro jovens ou adolescentes entre os 15 e os 19 anos cometeram suicídio.

DEBATE SOBRE TELEMÓVEIS

No regresso às aulas após as férias de Natal, muitos alunos do ensino público espanhol foram confrontados com uma novidade: nas entradas das salas de aula e nos espaços comuns foram instalados caçifos para guardar os telemóveis que habitualmente transportam consigo ao longo do dia. Esta é uma das consequências do amplo debate social — pais de alunos, autoridades educativas, professores, psicólogos e especialistas, os próprios alunos... — que decorre atualmente sobre a utilização deste tipo de aparelhos. A discussão está a acontecer ao mesmo tempo na maioria dos países desenvolvidos e centra-se em três aspetos básicos: qual é a idade certa para os nossos jovens terem acesso aos telemóveis, como devem ser utilizados esses dispositivos no ambiente escolar e educativo e que restrições devem ser promovidas em função da idade dos jovens utilizadores.

Em Espanha, 70,6% das crianças entre os 10 e os 15 anos têm um telemóvel e 94,7% admitem ter estado em linha no último mês. Um estudo recente publicado pelo Pew Research Center, um prestigiado grupo de reflexão com sede em Washington, mas que estende a sua investigação a todo o mundo, concluiu que 20% dos jovens entre os 13 e os 17 anos fazem uma utilização “intensiva” dos seus telemóveis nos países desenvolvidos e que 30% deste setor da população os utiliza “constantemente”.

Embora não haja unanimidade, a tendência geral é de proibir a utilização de telemóveis durante o horário escolar e os intervalos e deixar ao critério dos professores a sua utilização ocasional como ferramenta educativa. Naturalmente, estes delegam nas famílias a extensão destas restrições fora do ambiente escolar. Já existem várias regiões — Galiza, Castela-La Mancha, Madrid, Andaluzia — onde este critério foi implementado, e outras como a Catalunha, Valência e Múrcia juntar-se-ão em breve a elas. A ideia é regular de alguma forma o uso desmedido de um avanço tecnológico que exerce um grande fascínio sobre as nossas crianças e adolescentes.

A nível europeu, a tendência é semelhante: Portugal proíbe a utilização de telemóveis durante as aulas, mas deixa aos professores a decisão de os utilizar ou não como ferramenta educativa. Já existem protocolos de restrição no Reino Unido, em França, em Itália, na Grécia, na Suécia, na Macedónia do Norte e na Roménia, e em breve estarão em vigor nos Países Baixos e na Finlândia. Na

CRIME NA ESCOLA

Em Portugal, a criminalidade juvenil, praticada por jovens entre os 12 e os 16 anos, tem subido e atingiu em 2022 o valor mais alto dos últimos sete anos, revela o último Relatório Anual de Segurança Interna (RA SI). Num ano registou um aumento de 51%, mas ao contrário do que acontece em Espanha, os crimes sexuais praticados por adolescentes não impulsionam este número. É a violência grupal que puxa para cima as ocorrências, que passaram de 1120 para 1687, a maioria relacionada com rivalidades territoriais entre gangues e também com o tráfico de droga organizado.

Sóna Grande Lisboa, a Polícia Judiciária tem contabilizados 700 jovens (até aos 25 anos) pertencentes a 50 grupos considerados perigosos, que importam comportamentos dos filmes, jogos e música e divulgam-nos nas redes sociais — Instagram, YouTube, Telegram... — através de vídeos de cliques de *drill*, com hashtags próprias. Essa violência entra também para dentro dos portões das escolas, onde as ocorrências de natureza criminal praticamente duplicaram (+93,3%), desde 711 furtos, 107 posses de arma a 174 ofensas sexuais. O caso mais semelhante aos relatados em Espanha ocorreu em Alverca do Ribatejo, no início de 2022. Um grupo de alunos de uma escola básica, todos menores, violaram e abusaram de pelo menos seis meninas, entre os 12 e os 15 anos, dentro e fora do estabelecimento de ensino, divulgando depois os vídeos do crime pelos colegas através das redes sociais.

O RA SI chama também a atenção para o fenómeno dos crimes de abuso online, como a produção de conteúdos íntimos, a sua partilha ilegal em plataformas sociais e alojamento em plataformas encriptadas, cujos autores têm maioritariamente entre 12 e 16 anos.

O aumento do crime praticados por menores levou mesmo à inclusão, em agosto do ano passado, da prevenção da violência juvenil na lista de prioridades da política criminal e à criação de uma Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta. No início do ano estavam internados em Centro Educativo, a cumprir medida tutelar, 128 jovens, já havendo “colégios” sobrelotados.

No que diz respeito aos crimes sexuais registados em Portugal, apesar de o maior número de inquéritos estar associado ao abuso de menores (39%), quem o comete é adulto, homem, entre os 31 e os 50 anos e tem uma relação familiar com a vítima, cuja idade oscila entre os 8 e 13 anos. Há atualmente 6700 agressores no registo nacional de identificação criminal de condenados por crimes sexuais contra crianças. Em 2022 bateu-se o recorde de entradas: 383.

No caso das violações, as participações aos órgãos policiais subiram 30,7% — de 397 para 519, o maior valor na última década —, sendo que mais de um terço dos crimes são praticados por desconhecidos ou indivíduos sem relação com a vítima, que em 93,6% dos casos é mulher, entre os 21 e os 30 anos. A 31 de dezembro de 2022, cumpriam pena de prisão 208 homens, a esmagadora maioria portugueses. / RAQUEL MOLEIRO

Catalunha, mais de 600 pais formaram um grupo de WhatsApp que troca regularmente informações sobre o assunto e dá sugestões. Dois professores de Madrid recolheram 63.000 assinaturas em toda a Espanha para apoiar uma petição popular no Parlamento para restringir por lei o uso de telemóveis por crianças com menos de 14 anos “devido aos seus efeitos prejudiciais ao desempenho académico”, tal como é atestado pelo recente relatório PISA. A UNESCO, especializada em assuntos educativos e culturais, revelou num relatório recente que uma criança que receba uma notificação no seu telemóvel e responda à mesma demora em média 20 minutos a recuperar a sua atenção na aula.

Mas este sector da nossa sociedade não é viciado no telemóvel, mas sim na comunicação com o mundo exterior, segundo o psicanalista José Ramón Ubieta, autor do livro “Adictos o Amanetes?” (Octaedro, 2023), que afirma que o telemóvel é um meio para atingir o verdadeiro objecto do desejo, que é a comunicação permanente. Os especialistas alertam para o fenómeno conhecido como FOMO (Fear of Missing Out) ou medo de perder alguma coisa, muito comum em idades precoces. Muitos menores são os primeiros a pedir apoio. O Instituto da Infância e da Adolescência de Barcelona realizou recentemente um inquérito a 5000 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 11 anos, que revelou que os inquiridos pediam “uma alternativa divertida” longe dos ecrãs, fossem eles do telemóvel, do tablet ou do computador. Ubieta alerta: “É um erro diferenciar o mundo digital do mundo real. Os amigos da internet são amigos de verdade; os bons momentos em linha são reais; o *ciberbullying* magoa tanto como o *bullying* tradicional.”

“Os ecrãs são o problema número um na convivência familiar”, conclui Eulalia Alemany, diretora de Inovação Estratégica da Fundación de Ayuda a la Drogadicción (FAD), cuja área de Juventude elaborou um curso sobre “O primeiro telemóvel”, que foi seguido online em 2023 por mais de 7500 educadores. O potencial de dependência dos dispositivos é enorme. “Obtém-se grande recompensa com zero de esforço”, diz Alemany.

A questão-chave sobre “qual é a idade certa para dar o primeiro telemóvel a uma criança?”, continua a ser respondida de várias formas. Uma especialista na matéria, Patricia Gómez, da Unidade de Psicologia do Consumidor da Universidade de Santiago de Compostela, defende que 12, 13 ou 14 anos é “uma boa altura; tudo depende das circunstâncias, da maturidade da criança”. Gómez chama a atenção para as formas deste acesso: no início, a utilização deve ser escalonada, limitando-a aos fins de semana ou a determinadas horas do dia e, sobretudo, controlando a utilização das redes e dos perfis; devem também ser estabelecidas normas como não utilizar o dispositivo durante as refeições ou retirá-lo do quarto antes de se deitar. Nestas primeiras fases, o exemplo dos adultos é fundamental. Além disso,

segundo Maribel Loranca, responsável pela educação da outra grande federação sindical espanhola, a UGT (Unión General de Trabajadores, de ascendência socialista), é essencial “melhorar permanentemente a formação das crianças nestes domínios”.

Os psicólogos do Serviço de Atendimento a Dependências Tecnológicas da Comunidade de Madrid elaboraram uma diretriz que estabelece o contacto zero, incluindo a televisão, até aos dois anos de idade; até aos seis anos a recomendação é de tecnologia zero com exceções muito ponderadas, e acesso gradual entre os 6 e os 12 anos, sempre sob a supervisão de um adulto.

ACESSO À PORNOGRAFIA

As autoridades estão muito preocupadas com o aumento dos crimes violentos, em muitos casos ligados ao sexo, muitas vezes protagonizados por menores como autores, instigadores ou vítimas, e em que as novas tecnologias, dos telemóveis à inteligência artificial (IA), desempenham um papel decisivo. O Governo espanhol vai aprovar nas próximas semanas uma lei integral para a proteção dos menores na internet, como anunciou o primeiro-ministro Pedro Sánchez numa entrevista ao jornal “El País” e publicada no domingo, 14. Nestas declarações, Sánchez admitiu ter ficado surpreendido com “uma verdadeira epidemia de menores que têm acesso a conteúdos pornográficos”.

O chefe do Executivo apoia-se em dados: em em cada quatro jovens com menos de 12 anos já teve ou tem acesso a sites pornográficos e visita-os regularmente. Quase metade dos menores de 15 anos consome pornografia. “Não se trata de puritanismo, isto afeta a formação dos nossos adolescentes e também o comportamento futuro que poderão ter em questões tão transcendentais como a igualdade.” A Espanha vai assim juntar-se com legislação própria à linha traçada pela União Europeia, que em 25 de agosto do ano passado aprovou uma Lei dos Serviços Digitais, que entrará em vigor no final de fevereiro; esta legislação obriga as grandes plataformas digitais a manter dispositivos que lhes permitam identificar e remover conteúdos catalogados como ilegais ou altamente perniciosos.

Num contexto de ligeiro aumento dos índices gerais de criminalidade em Espanha, o ministério do Interior registou uma diminuição de alguns crimes contra a liberdade sexual em relação ao ano de 2022. Um relatório tornado público no final de dezembro destaca a diminuição do *grooming* (contacto com fins sexuais com menores de 16 anos, geralmente por adultos) e da prostituição. Nos restantes dados criminais, os resultados não são tão lisonjeiros: 2022 registou 19.013 crimes de natureza sexual, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Registaram-se 8337 casos de violação de raparigas menores de 18 anos, 3857 das quais com menos de 13 anos. Um em cada dez crimes sexuais é cometido por um adolescente e em 488 casos o agressor era um menor de 13 anos. As violações em grupo

também aumentaram 15% num ano. Em 2022, a polícia interveio em 632 casos, o dobro do número registado cinco anos antes: 384 casos em 2017. As características das 11.699 pessoas detidas por crimes contra a liberdade sexual revelam o perfil clássico deste tipo de agressor em Espanha: homem (90%), espanhol (64,2%), entre 41 e 64 anos (38%). Contrariamente ao que afirmam os grupos políticos de extrema-direita, como o Vox, caracterizados pela xenofobia e pelo racismo, apenas uma percentagem muito reduzida das pessoas detidas por este tipo de crime era estrangeira: 7,8% de marroquinos, 3,3% de colombianos e 2,7% de romenos.

Num editorial publicado pelo jornal “El País”, em 27 de novembro, este manifestava a sua preocupação porque “numa idade em que estão a construir a sua identidade, a moldar a sua autoestima e a consolidar os valores que irão reger a sua vida adulta, temos de nos interrogar se é desejável que adolescentes e jovens tenham acesso ilimitado a uma ferramenta que os expõe a conteúdos destrutivos e a valores sexistas e de banalização da violência, antagónicos aos valores de respeito e tolerância que o sistema educativo lhes tenta transmitir”.

Importa ter em conta que o número de denúncias deste tipo de crime é muito inferior ao número de crimes reais, sobretudo quando ocorrem em ambiente familiar e envolvem menores. No ciber-crime sexual, 82% das vítimas são menores, segundo dados da Polícia Nacional; os agressores, no entanto, são maioritariamente adultos: 36,7% têm entre 41 e 64 anos; 29,5% têm entre 18 e 30 anos.

CRIMES EM GRUPO

Chamam-nos a atenção caso como os que ocorrem repetidamente num centro comercial em Badalona, onde um bando de adolescentes encurralou em cinco ocasiões raparigas muito jovens — uma das quais tinha 11 anos — e as violou nas casas de banho do centro, gravando as cenas com os seus telemóveis, imagens que depois distribuíram nas redes sociais. Em Almendralejo (Badajoz), várias raparigas viram as suas fotografias reais transformadas em nus através de adulterações obtidas através da IA.

Na Catalunha, todos os dias são registadas duas tentativas de violação em grupo. Alarmadas com estes números, as autoridades regionais encomendaram um estudo sobre as possíveis causas a um grupo de oito peritos liderado por Eduard Vallory, presidente da Fundação Catalã para a Educação, Ciência e Cultura. As conclusões atribuíram a “um enquadramento cultural que normaliza a dominação do homem sobre a mulher, ao impacto das redes sociais, à exposição generalizada à pornografia sexista e à ausência de uma educação sexual abrangente” a responsabilidade pelo aumento destes atos criminosos.

“A pornografia influencia o conceito que os adolescentes formam sobre o que é a sexualidade e o que emerge é uma masculinidade dominante que

No cibercrime sexual, 82% das vítimas são menores, segundo dados da Polícia Nacional; os agressores, no entanto, são maioritariamente adultos

coisifica e usa as mulheres, cujos corpos são mostrados como um instrumento de satisfação”, escreve Vallory, que acrescenta: “No TikTok há vídeos que ensinam as raparigas a evitar as náuseas quando fazem feição.” A escritora Elvira Lindo, igualmente alarmada, considera que “o facto de a iniciativa sexual ter sido deixada nas mãos da pornografia, a recusa do Partido Popular (PP, centro-direita) e do Vox (ultradireita) em educar nas escolas, a violência doméstica, a falta ou inexistência de modelos masculinos e a crescente exclusão social” são fatores que também contribuem para este aumento da violência na adolescência.

Como se pode deduzir da leitura de alguns dos parágrafos anteriores, o sexo está constantemente presente neste clima de violência e o acesso fácil a páginas pornográficas desde uma idade precoce, nas quais é geralmente retratado um modelo machista e violento de relações sexuais, marca a orientação do comportamento dos adolescentes e jovens neste domínio. No entanto, nem todos os especialistas concordam em atribuir a responsabilidade exclusiva à pornografia. O psiquiatra Pablo Malo, da Universidade do País Basco, especialista em evolucionismo, sublinha que “não está cientificamente provado que a pornografia gere potenciais violadores”. Elena del Pilar Ramallo, especialista em violência de género, considera que “ignorar o resto dos fatores conduz a soluções erradas para o problema”. Carmen Adán, procuradora-geral do País Basco, considera que “a falta de educação sexual e o acesso à pornografia desde uma idade precoce fazem com que haja cada vez mais delinquentes menores que não têm consciência de que estão a cometer um crime de agressão”. Isidro Yébenes, advogado e especialista em Direito digital, considera que “se difundiu a ideia errada de que o uso indevido das novas tecnologias não tem consequências jurídicas, que tudo o que acontece na rua, seja o que for, pode ser gravado e colocado na internet”.

Além da lei integral de proteção das crianças anunciada pelo primeiro-ministro Sánchez, já existem iniciativas para restringir o acesso de menores a conteúdos de páginas pornográficas. A Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD) tem quase pronto — a agência estima que poderá estar concluído no próximo verão — um sistema de verificação da idade para limitar esse acesso. Ainda não se sabe se irá optar por uma aplicação, um certificado digital, um código QR ou uma medição biométrica, mas em todo o caso irá acabar com a atual lacuna, em que basta clicar na caixa em que se declara ser maior de idade para aceder sem mais demoras a sites com conteúdos violentos ou pornográficos. Também não existem barreiras para a aquisição de material violento. O Sindicato Unificado da Polícia denuncia que comprar uma catana através do AliExpress é muito simples: não pedem o bilhete de identidade nacional e custa menos de 20 euros.

A AEPD está satisfeita com a sua iniciativa. A sua diretora, Mar España, explica que “esta é uma solução prática, respeitosa e pioneira na Europa que permitirá bloquear conteúdos com base na idade sem revelar a identidade da pessoa ao site web que fornece o conteúdo”. No resto da Europa, apenas no Reino Unido existe legislação (Online Safety Act, aprovada em outubro de 2023) que obriga os fornecedores a remover conteúdos como abuso sexual de crianças, violência sexual extrema, comportamento abusivo ou coercivo, incitamento ao

suicídio, crueldade animal, venda de drogas e/ou armas ou atividades terroristas. As empresas discordam. Numa declaração conjunta assinada pelo diretor da Wikimedia Foundation e pelo fundador da Global Voices, estes alertam: “Ao tentar remover os piores conteúdos da internet, a lei pode acabar por pôr em risco os melhores conteúdos da internet.”

SEXISMO E ASSÉDIO

2023 foi o primeiro ano em que o Código de Autorregulação, com medidas contra o sexismo na publicidade dirigida a crianças, foi aplicado. Oitenta por cento das empresas nacionais que fabricam brinquedos aderiram a estes protocolos, que visam eliminar práticas até agora tão frequentes como a atribuição automática de determinados tipos de jogos em função do género: carros, armas, videojogos violentos, para os rapazes; bonecas, kitschmettes, beleza e cuidados, para as raparigas. Rosa e cores pastel para as raparigas; vermelho, azul e cores escuras em geral para os rapazes. Na última campanha de Natal, os anúncios televisivos apresentaram crianças de ambos os sexos em cenas lúdicas, como as que envolvem a compra de material desportivo, jogos de representação de papéis, puzzles... Contudo, ainda não foram exibidos anúncios com rapazes a segurar uma esfregona ou a embalar um bebé.

O sexismo e os comportamentos sexuais estão também estreitamente associados ao *bullying*, com um certo número de denúncias frequentes, não tanto, segundo os especialistas, porque se tenha verificado um aumento significativo destes atos condenáveis e, por vezes, criminosos, mas porque existe uma consciência crescente entre as famílias e os educadores de que se trata de um fenómeno que deve ser limitado a todo o custo. Na segunda-feira dia 15, no Brasil, o Presidente Lula homologou uma lei que inclui no Código Penal o *bullying* com sanções económicas. A norma define o novo delito como “intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, de forma intencional ou repetida sem motivação evidente, mediante atos de intimidação, humilhação ou discriminação ou ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais”. Em casos de *bullying* por meios cibernéticos, que incluam redes sociais, aplicações, jogos *online* ou “qualquer meio ou contexto digital”, as sentenças podem levar a penas de prisão entre dois e quatro anos. A instigação ao suicídio é punida na nova legislação brasileira com prisão entre dois e seis anos.

Em Espanha, causa grande comção o episódio ocorrido numa escola secundária em Jerez de la Frontera, onde um rapaz de 14 anos, que sofre de perturbações do espectro autista, esfaqueou dois professores e três dos seus colegas, causando ferimentos graves, enquanto gritava: “Não aguento mais, vou matar-vos.” O rapaz, segundo os seus colegas, estava a ser maltratado devido à sua condição. Em França, acaba de ser elaborado um plano integral *antibullying*. Em Itália, já está em vigor um outro muito específico para o *ciberbullying*, no qual a violência sexual, a pornografia, as novas tecnologias como a inteligência artificial, os influenciadores, os ritmos musicais modernos e o desprezo genérico pelas regras se misturam num estranho *pot-pourri*. Uma verdadeira revolução em curso. ●

@expresso.impresa.pt

SOBREPROCURA PARA PEDOPSIQUIATRIA

Nos últimos anos, o sofrimento psicológico dos jovens portugueses tem-se agravado significativamente. Há cada vez mais procura de serviços de pedopsiquiatria, os comportamentos autolésivos e as tentativas de suicídio estão a aumentar e cresce o número de adolescentes medicados com ansiolíticos e antidepressivos. Segundo um estudo da OMS, de 2022, 28% dos jovens nacionais, entre os 11 e os 15 anos, sentem-se infelizes e 9% “tão tristes que não aguentam mais”. Um em cada quatro já se feriu de propósito mais do que uma vez, com cortes ou queimaduras, publicitando os seus atos nas redes sociais, em grupos em que se faz uma apologia destes comportamentos.

As listas para consultas de psiquiatria da infância e da adolescência crescem de dia para dia e há cada vez mais hospitais a ficar sem capacidade de resposta. Conforme o Ministério da Saúde, o número médio de dias de espera para casos “muito prioritários”, que incluem depressões graves com ideação suicida, surtos psicóticos ou anorexia nervosa, chega a ser mais do dobro do que estabelece a lei. Em Braga esperam 77 dias, em Tomar 66, nos distritos de Castelo Branco e Guarda não têm pedopsiquiatras e no Algarve há um, 10 horas por semana.

O novo modelo de socialização baseado nas tecnologias explica grande parte do fenómeno, seja pelo número de horas *online*, seja pelas atividades realizadas e os conteúdos consumidos. Num inquérito sobre hábitos na internet e saúde mental realizado pela Deco Proteste, no ano passado, 65% dos jovens afirmaram ter pelo menos um problema causado “parcialmente” pela atividade *online*. A ansiedade foi a consequência mais identificada por quase metade dos jovens. As mudanças de humor e as dificuldades em dormir afetam cerca de um terço dos inquiridos. Os jovens passam, em média, 3h40m por dia na internet.

A preocupação crescente com o aumento do custo de vida, a dificuldade de arranjar casa e a precariedade laboral contribuem também para adensar o quadro de saúde mental dos jovens. De acordo com um inquérito da Deloitte, de agosto de 2023, metade da geração Z e 43% dos *millennials* portugueses sentem-se stressados durante grande parte do tempo ou em permanência.

Os sintomas são notórios também entre os mais jovens. Dois estudos realizados ao longo do último ano letivo, coordenados pelo Observatório de Saúde Psicológica e de Bem-Estar Social, revelam que os alunos do ensino secundário evidenciam maior diminuição da saúde psicológica, principalmente as raparigas. “Desinteresse, desmotivação e inércia”, a par de “muita ansiedade e pouca resistência a frustração”. / R.M.